

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO PSICOLOGIA

AMÁLIA BEATRIZ ALMEIDA CASTRO

**EXPRESSÃO PÚBLICA DE SOFRIMENTO DO LUTO E A REDE SOCIAL DE
APOIO AO ENLUTADO NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO**

São Luís

2025

AMÁLIA BEATRIZ ALMEIDA CASTRO

**EXPRESSÃO PÚBLICA DE SOFRIMENTO DO LUTO E A REDE SOCIAL DE
APOIO AO ENLUTADO NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.
Orientador: Prof.^a. Lidiane Veronica Collares da Silva.

São Luís
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Castro, Amália Beatriz Almeida

Expressão pública de sofrimento do luto e a rede social de apoio ao enlutado no contexto social brasileiro. / Amália Beatriz Almeida Castro. __ São Luís, 2025.
53 f.

Orientador: Prof^a. Lidian e Veronica Collares da Silva.
Monografia (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2025.

1. Luto. 2. Expressão pública. 3. Rede social de apoio. 4. Fator de proteção. I. Título.

CDU 159.942.5:393.7(81)

AMÁLIA BEATRIZ ALMEIDA CASTO

**EXPRESSÃO PÚBLICA DE SOFRIMENTO DO LUTO E A REDE SOCIAL DE
APOIO AO ENLUTADO NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. ^a. Me. Lidiane Veronica Collares da Silva (Orientadora)

Mestre em Psicologia

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. ^a. Me. Regienne Maria Paiva Abreu Oliveira Peixoto

Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Psic. Amanda Batista Cutrim

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Dedico a Maria Almeida Sousa,
Maria Ribeiro Castro e Arthur
Sá Gondim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Maria Amália Almeida Sousa, e às minhas tias, Rosiane Almeida e Maria da Glória Sousa, por terem sido a maior rede de apoio que uma estudante universitária poderia ter. Aos meus avós, Manoel Moraes de Sousa, por todas as vezes que me buscou na escola, no jardim de infância, e me presenteou com um bombom nas vindas, e Maria Almeida Sousa, por ter feito parte da minha vida e me acompanhado até os meus 19 anos.

Agradeço profundamente a Daniele Sousa Santos e Maria Laura Leda por todos os almoços compartilhados, as conversas e as risadas que eu nunca esquecerei, por terem sido aquilo que se espera de uma amizade. Sou imensamente grata a Leylane Guterres e Maria Luíza França por serem minhas melhores amigas desde os 14 anos, por todos os aniversários compartilhados, conselhos e momentos juntas.

Agradeço a Lidiane Collares, Alice Parentes e Regienne Peixoto por terem escolhido a docência e sido minhas professoras, por todos os conselhos, a escuta e o acolhimento, e por terem sido meu modelo de como ser uma profissional humana e acolhedora.

Um agradecimento especial a Amanda Cutrim por estar comigo no momento mais difícil da minha vida, pela escuta, pela profissional que é, por ter ajudado a elaborar o meu próprio luto e por ter sido capaz de ouvir a expressão pública do sofrimento de uma enlutada.

Em especial, agradeço a Nossa Senhora de Fátima, pela proteção e orações ouvidas em todos esses cinco anos de curso. A todos os meus amigos que me acompanharam nessa trajetória, pelas conversas, pelos choros compartilhados, pelo sonho que sonhamos juntos e por nos encontrarmos embaixo do pau-brasil na UNDB, minha sincera gratidão.

*“Hoje eu acordei com medo
Mas não chorei, nem reclamei abrigo
Do escuro eu via um infinito sem presente
Passado ou futuro*

*Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim*

*De repente, a gente vê que perdeu
Ou está perdendo alguma coisa
Morna e ingênua, que vai ficando no caminho
Que é escuro e frio, mas também bonito
Porque é iluminado
Pela beleza do que aconteceu há minutos atrás.”
(Cazuza, 1975).*

RESUMO

O presente estudo partiu da constatação de que, historicamente, o luto foi uma experiência pública, coletiva e ritualizada, mas que, com as transformações socioculturais dos séculos XX e XXI, tornou-se cada vez mais privado e silencioso. A pesquisa foi orientada pela seguinte problematização: de que forma a expressão pública do sofrimento do luto está relacionada à rede social de apoio ao enlutado? Teve como objetivo geral analisar essa relação no contexto brasileiro contemporâneo. Os objetivos específicos incluíram examinar a transformação da expressão pública do sofrimento ao longo da história, debater como os rituais públicos relacionados à morte atuam como fator de proteção para o enlutado, analisar o conceito de rede social de apoio e investigar seu impacto no processo do luto. De caráter qualitativo, a investigação foi realizada por meio de uma revisão narrativa de literatura, com base em publicações nacionais e internacionais entre 2010 e 2024. Os resultados indicaram que os rituais fúnebres ainda desempenham papel simbólico relevante na elaboração do luto, mesmo em uma sociedade individualista. Observou-se que a rede social de apoio — formada por vínculos familiares, comunitários e institucionais — é fundamental no enfrentamento da dor, especialmente em casos de perdas abruptas ou estigmatizadas. A ausência de apoio e de espaços públicos de expressão pode intensificar o sofrimento e dificultar a reorganização subjetiva. Conclui-se que valorizar a expressão pública do luto e fortalecer redes de apoio são estratégias fundamentais para promover a superação do sofrimento e devem ser mais debatidas no Brasil.

Palavras-chave: Luto. Expressão Pública. Rede social de apoio. Fator de proteção.

ABSTRACT

This study originated from the observation that, historically, grief was a public, collective, and ritualized experience, but with the sociocultural transformations of the 20th and 21st centuries, it has become increasingly private and silent. The research was guided by the following question: how is the public expression of grief-related suffering connected to the bereaved person's social support network? The main objective was to analyze this relationship in the contemporary Brazilian context. Specific objectives included examining the transformation of the public expression of grief throughout history, discussing how public death rituals serve as a protective factor for the bereaved, analyzing the concept of a social support network, and investigating its impact on the grieving process. This qualitative study was conducted through a narrative literature review based on national and international publications from 2010 to 2024. The results indicated that funeral rituals still play a symbolically relevant role in the elaboration of grief, even in an individualistic society. It was observed that the social support network — composed of family, community, and institutional ties — is fundamental in coping with grief, especially in cases of sudden or stigmatized losses. The absence of support and public spaces for the expression of sorrow may intensify suffering and hinder emotional reorganization. It is concluded that valuing the public expression of grief and strengthening support networks are essential strategies for promoting the overcoming of loss and should be further discussed in Brazil.

Keywords: Grief. Public expression. Social support network. Protective factor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GAA	Grupos de Auto-Ajuda
UNDB	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TRANSFORMAÇÃO DA EXPRESSÃO PÚBLICA DE SOFRIMENTO DO LUTO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	16
2.1. O lado público do luto.....	18
2.2 O trajeto histórico dos rituais fúnebres no Brasil	20
3. RITUAIS PÚBLICOS COMO FATOR DE PROTEÇÃO PARA A VIVÊNCIA DO ENLUTADO	24
3.1 O luto sem rituais: a falta de uma despedida adequada.....	26
3.2 Formas específicas de vivência e expressão pública do luto.....	28
3.3 A expressão Pública e Privada do Sofrimento	31
4. A REDE SOCIAL DE APOIO.....	33
4.1 Os impactos da rede social de apoio no processo do luto	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A música “Gostava Tanto de Você”, uns dois maiores sucessos cantados por Tim Maia, foi composta por Edson Trindade integrando o quarto álbum de estúdio do cantor, lançada em 1973. Muito se teoriza a respeito da verdadeira história por trás do grande sucesso, de que a música faria referência a filha de Tim Maia que faleceu e sobre a filha de Edson que teria falecido de acidente de carro. Quando Edson compôs a canção este tinha apenas 16 anos em 1950, seu ano de composição, durante esse período ele ainda não tinha uma filha. Assim como Tim Maia durante sua vida teve apenas filhos homens, ambas as teorias são derrubadas pela ordem dos fatos. A verdade é que a canção fala sobre a saudade sentida pelo amor que o deixou (Freire, 2023).

O luto é um processo vivenciado pelo indivíduo frente a perda de um ente querido, um objeto, situação ou momento no qual traz níveis de sofrimento experienciados de formas diferentes a partir das perspectivas históricas e culturais, conforme Peixoto e Gomes (2021). Os autores definem a dificuldade para a conceituação exata do luto e seus processos. Segundo Aciole e Bergamo (2019), mesmo quando o processo de luto é considerado normal, ainda existe sofrimento ou necessidade de adaptação frente aquela nova realidade.

Apesar do grande sucesso, “Gostava Tanto de Você”, não estar relacionado necessariamente a morte, mas o processo vivenciado pelo *eu lírico* da música revela o sofrimento de alguém que sente saudades, tristeza, solidão e amor por aquele que já não é mais presente em sua vida. A morte do ente querido constitui uma separação definitiva, evento que é fonte de dor e sofrimento para quem fica (Franqueira, 2019).

Em sua pesquisa, Koury (2014) nos revela as mudanças no processo de individualização das relações sociais vivido pelos brasileiros nos últimos anos, processo esse que impacta a forma como a sociedade se relaciona com a morte e o luto ao criarem regras de etiqueta que não satisfazem a sociedade quando são praticadas no cotidiano, mas que estão consolidadas no imaginário social e na perspectiva individual de cada sujeito, como um padrão de regras e atitudes morais.

As antigas regras relacionais da cultura brasileira vividas até meados da década de sessenta do século XX não são mais aderidas com facilidade, segundo o

autor, são vistas como incômodas, incivilizadas e incultas, porém não existe um sentimento de adequação aos rumos individualistas nas quais as relações sociais e individuais vêm sendo vividas pela sociedade contemporânea.

Koury (2014) afirma que a modernização brasileira nos últimos setenta anos paralela ao esvaziamento progressivo do campo no Brasil, ajudou a iniciar uma transformação mais intensa nos comportamentos e hábitos da população brasileira, os antigos hábitos foram rapidamente abandonados por não se adequarem ao meio urbano. Essas mudanças associadas ao ritmo de vida acelerado, ao afastamento dos indivíduos uns dos outros fez com que se tornassem mais reservados sobre suas emoções e incomodados com a expressão pública dos sentimentos dos outros, segundo o autor.

O sentimento de solidão passou a aumentar no homem urbano, o “ser discreto” se tornou o *modus operandi* da população brasileira moderna, hoje. Entre as respostas encontradas em sua pesquisa, o “Ser discreto” obteve 77,60% das respostas de pessoas que sofreram uma perda e passaram pelo processo do luto. Assim como, 15,34% das respostas foram sobre “Seguir a tradição” e apenas 7,06% responderam que “Não existe comportamento ideal” (Koury, 2014). Considerando que a discrição aparece como principal hábito a ser tomado pela pessoa que sofreu uma perda, que influências a rede de apoio exerce na expressão pública do sofrimento do enlutado?

Sendo assim, interessa a esta monografia verificar as seguintes hipóteses, se o processo de enlutamento contemporâneo do homem urbano é vivido predominantemente de forma privada e solitária, resultando em uma menor participação nos rituais sociais de luto e em uma maior exclusão social por parte dos enlutados, assim como o afrouxamento das regras e convenções sociais tem como consequência a desritualização do luto na contemporaneidade antes uma prática eminentemente pública, levando à redução das bases de apoio significativas para os enlutados e aumentando a vivência discreta do luto.

Como objetivo geral, buscou-se investigar a possível associação da expressão pública de sofrimento do luto e a rede social de apoio ao enlutado. Os objetivos específicos baseiam-se em examinar a transformação da expressão pública de sofrimento do luto ao longo da história, debater como os rituais públicos relacionados à morte atuam como fator de proteção para a vivência do enlutado,

analisar o conceito da rede social de apoio ao enlutado e investigar como rede social de apoio impacta o processo do luto.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo surge da necessidade de ampliar as produções acadêmicas relacionadas a temática do luto e os processos intrínsecos a ele. Apesar do luto ser objeto de estudo de pesquisas há décadas e ser entendido como resposta à perda de alguém, um ser, objeto ou momento, as pesquisas direcionadas a temática são reduzidas na literatura atual, segundo Saciloti e Bombarda (2022). Além disso, compreender os aspectos inerentes ao processo de enlutamento, é essencial para o compromisso ético e profissional que perpassa a atuação do psicólogo.

A significância social do presente estudo reside em esclarecer as demandas presentes na sociedade brasileira sobre as relações sociais e a ambivalência na expressão das emoções relacionadas ao fenômeno do luto. Historicamente, antes de 1960, as atitudes comunitárias em relação a perda prevaleciam a partir de rituais religiosos e solidários, mas hoje observamos uma crescente individualização do sofrimento e privatização das manifestações do luto, com rituais cada vez mais solitários (Koury, 2014 *apud* Franqueira; Magalhães, 2018).

Os resultados desta pesquisa buscam analisar os contextos que proporcionam a expressão pública de sofrimento do enlutado, considerando que todos os tipos e variações de luto favorecem o sofrimento, afetando as pessoas que ficam independente do grau de parentesco ou vínculo com o morto. É fundamental compreender esses fatores, visto que a resposta saudável do enlutado implica na capacidade de expressar e manifestar seu sofrimento, seja ao realizar um reconhecimento, reajustamento ou investimento de vínculo em outros aspectos da vida. Fornecendo base teórica para estudos referente a experiência e processo da vivência do luto para a Psicologia (Basso; Wainer, 2011).

Dessa forma, ao contribuir com a facilitação da manifestação pública de sofrimento e a reflexão acerca dos aspectos que envolvem essa expressão, o estudo contribuirá para uma vivência mais saudável da experiência do luto e uma participação crítica e eficaz do profissional de psicologia em relação a esse processo, visando romper com o enfoque medicalizador do enlutamento relacionado

à necessidade de controlar e manter suas manifestações longe dos olhos sociais (Luna, 2023).

O presente estudo é definido como uma pesquisa narrativa de literatura, com abordagem qualitativa, de natureza básica, buscando ampliar o repertório teórico e conhecimento acerca do problema apresentado.

Em relação ao tipo de estudo, a pesquisa possui um caráter explicativo-descritivo. O seu objetivo é investigar a relação da expressão pública de sofrimento do luto e a rede social de apoio ao enlutado. Assim como pretende examinar a transformação da expressão pública de sofrimento do luto ao longo da história, debater como os rituais públicos relacionados à morte atuam como fator de proteção, analisando sua relação com a expressão pública de sofrimento e analisar o conceito da rede social de apoio ao enlutado e investigar como a sua presença impacta o processo do luto.

A pesquisa foi conduzida com base em referências bibliográficas, com a literatura disponível em língua portuguesa (BR) em relação a temática e ao problema abordado no estudo. Para esta pesquisa, utilizaram-se as bases de dados Scielo, Pepsic, Lilacs, Google Acadêmico e o Banco de Teses USP com critérios que incluem artigos, periódicos científicos, teses e dissertações, publicados entre os anos de 2010 e 2024. Os descritores abrangeram combinações entre: “Luto”, “Expressão pública de sofrimento”, “Rede de apoio”, “Individualização do sofrimento”, “Autocontrole”, “Espaço público e privado de expressão”, “Rituais tradicionais da morte”, “Economia das emoções” e “Privatização da experiência do luto”.

Além desta introdução, que configura o primeiro capítulo, o estudo está organizado em mais quatro capítulos subsequentes. O segundo capítulo apresenta uma análise histórica da transformação da expressão pública do sofrimento do luto, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, destacando como o luto, antes um fenômeno coletivo e ritualizado, tornou-se cada vez mais privado e silencioso com a modernização e a individualização das relações sociais.

O terceiro capítulo discute os rituais públicos como fator de proteção para a vivência do enlutado, abordando sua importância simbólica, os impactos da ausência de rituais e as formas específicas de manifestação do luto, especialmente em perdas traumáticas, estigmatizadas ou abruptas. O quarto capítulo dedica-se ao

estudo da rede social de apoio ao enlutado, explorando seu conceito, estrutura, funções e os impactos positivos que exerce no enfrentamento do luto, bem como os desafios enfrentados pelas redes familiares e comunitárias na contemporaneidade.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho, sintetizando os principais achados, reafirmando a relevância da expressão pública do luto e do fortalecimento das redes de apoio, e sugerindo a ampliação dos debates e das pesquisas sobre o tema no contexto brasileiro atual.

2 A TRANSFORMAÇÃO DA EXPRESSÃO PÚBLICA DE SOFRIMENTO DO LUTO AO LONGO DA HISTÓRIA

A existência humana é marcada pela finitude da vida desde os primórdios da civilização, assim como a reflexão acerca desse tema. As questões que atravessam a humanidade são motivo de curiosidade e interesse das ciências humanas, como revela Dantas; Borges; Dutra (2021).

Os rituais fúnebres estão presentes desde a Antiguidade, quando as pessoas morriam e surgia a necessidade da realização de tais funerais para manter a alma presa ao corpo na sepultura, impedindo que essas almas perdidas atormentassem os vivos. Isso tornou a realização do sepultamento uma prática presente desde o berço da história (Coulanges, 2006 *apud* Dantas; Borges; Dutra, 2021).

No período medieval, ocorrido mais especificamente durante a alta e baixa idade média, correspondente aos séculos V ao século X, predominava o entendimento da morte como algo familiar, natural e cotidiano. As pessoas esperavam a morte em seu leito, em casa ou próximo a suas residências. Além disso, era necessário que se redimissem dos atos cometidos em vida. A busca pelo perdão era algo constante, motivada pela esperança de se alcançar o descanso eterno (Ariès, 2017 *apud* Dantas; Borges; Dutra, 2021).

Os autores aqui estudados nos revelam um período no qual se acreditava que a morte poderia ser passível de controle, onde se percebia a sua aproximação e era possível realizar medidas para o moribundo¹ se despedir dos seus entes. Assim, um ritual era realizado na iminência da morte no leito, organizado pelo próprio moribundo para que os seus pecados fossem perdoados antes de sua partida (Ariès, 2017 *apud* Dantas; Borges; Dutra, 2021). A igreja, segundo os autores, possuía uma presença notável durante todo esse processo:

Era, certamente, uma desventura morrer subitamente, porque quem morria de repente não tinha sequer a oportunidade de se despedir de seus semelhantes, amigos e principalmente de ser perdoado. O perdão era claramente uma necessidade de se purificar e de se redimir, para ter a garantia de boa morte. O imaginário popular era legitimado pelo discurso

¹ Aquele que está prestes a morrer, figurado que vai desaparecer ou figurado exânime, sem forças, sem alento (Porto: Porto Editora).

imposto pela Igreja exaltando obediência e sacrifício. Após a morte, o corpo era enterrado em torno desta Instituição, local nomeado por cemitério (Ariès, 2017 *apud* Dantas; Borges; Dutra, 2021, p. 46).

A Igreja Apostólica Católica Romana, para Ariès (2017 *apud* Dantas; Borges; Dutra, 2021), tornou-se o marco de maior relevância para o período da Baixa Idade Média, compreendido entre o século X ao século XV. Período em que, segundo Tavares (2009), havia uma relação próxima entre os vivos e os mortos. Onde morrer era um ato público, morria-se em casa próximo aos familiares, as pessoas eram veladas também em suas casas e enterradas aos arredores das Igrejas. Estas ofereciam manuais de como “morrer bem”, conforme o autor, esses manuais serviam para fomentar o imaginário social de temor sobre a morte.

O medo da morte se fez presente quando a Igreja Católica transmitia aos seus fiéis a possibilidade ou não de sua salvação a partir das suas ações. Para atingir a salvação eterna, era necessário que os moribundos pensassem em seus entes na hora da morte, assim como não era aconselhado que se deixasse qualquer bem indevidamente adquirido. É quando se cria uma forma de guardar o lugar para o corpo: o testamento, este funcionava como documento para a partilha de bens e como contrato de salvação (Tavares, 2009; Ariès, 2017; Dantas; Borges; Dutra, 2021).

Assim, as atitudes perante a morte e o morrer vão se transformando ao passo em que a medicina se desenvolve junto à modernização e racionalização da sociedade sobre a visão da morte, deixando o processo de finitude, antes público, agora privado e individualista (Tavares, 2009).

Norbert Elias (2001) reafirma esses dados em seu livro “A Solidão dos Moribundos”, nos revelando que as sociedades mais desenvolvidas deixaram de buscar respostas para os problemas da morte em crenças sobrenaturais. Em contraste com a Idade Média, Elias diz que o desenvolvimento dos Estados-Nações trouxe mais segurança às pessoas, com menos possibilidade de morrerem por doenças ou mortes repentinas, como na Idade Média, surgindo como um novo estágio para a civilização.

O tratamento e prevenção de doenças se tornaram mais estruturados conforme as necessidades da sociedade. O avanço das ciências e tecnologia permitiu que a morte perdesse o viés exclusivo das crenças, porém é importante lembrar que falar de morte também envolve pensar em rituais, atitudes para cuidar

do morto, assim como cuidar do ente que ficou. Mas a constante ameaça a vida presente na Idade Média não ocorre nas civilizações recentes, nas sociedades industriais do século XX (Elias, 2001).

A morte deixou de ser um espetáculo público do cotidiano, o tratamento dos cadáveres e os cuidados às sepulturas deixaram de ser feitos pelos familiares do morto, passando a ser um papel dos especialistas. Logo, é anti-higiênico morrer fora do hospital, e os sepultamentos são realizados em funerárias distantes da moradia do morto. Novas atitudes são observadas sobre a morte com o processo de desenvolvimento das civilizações (Tavares, 2009; Elias, 2001).

O luto e seus significados foram atravessados por essas transformações das sociedades, algo que veremos no próximo tópico.

2.1. O lado público do luto

O luto é um processo complexo e multidimensional, com diversas atribuições e significados que variam conforme o contexto e a cultura. Quando um indivíduo ou uma comunidade enfrenta uma perda significativa, seja pela separação de algo ou morte de um ente querido, é possível vivenciar o luto. Segundo Luna (2013), existem terminologias nas mais diversas línguas que evidenciam aspectos referentes ao processo do luto, como os termos *mourning* e *grief*, que, ainda segundo a autora, foram traduzidos para a língua portuguesa como, respectivamente, os termos enlutamento e pesar.

Entende-se o pesar, como a experiência individual, emocional, fisiológica, comportamental de quem sofre a perda. O enlutamento se constitui como uma expressão ativa da experiência do luto, considerando-se como a expressão pública e social de sofrimento, baseada na religião, crenças e práticas culturais (Luna, 2013).

Dessa forma, Taverna e Souza (2014), em seu artigo, discorrem que a dor da perda, o sofrimento e o luto estão para além da morte, ou seja, não devem ser associados a apenas casos em que houve falecimento, podemos sofrer com perdas no dia a dia, como a demissão de um emprego, o desaparecimento de um animal de estimação ou frustrações diversas que implicam na realidade do luto. Segundo os autores:

Ao tratarmos o luto e suas realidades humanas diante da perda e do sofrimento, voltamos o olhar para eventos que aconteceram, tais como os objetos perdidos, sejam eles materiais ou sentimentais, assim como para as pessoas em nossas vidas (Taverna; Souza, 2014, p. 40).

Ao abordarmos, neste trabalho, o luto por morte, entendemos que estes estão presentes em nossa vida como algo natural, como o fim para o qual todos caminham. Com o pesar, vem a necessidade de reorganização, individual ou coletiva, de um mundo no qual o ente já não está mais presente, é a necessidade de se reaprender o mundo sem ele (Jaramillo, 2006 *apud* Taverna; Souza, 2014).

Assim, Stroube e Schut (1999) apresentados no trabalho de Luna e Moré (2017), afirmam que a pessoa enlutada, ao estar focada na realidade da perda e mantendo o vínculo com o morto, está desenvolvendo uma espécie de reconstrução da realidade sem aquele que morreu. As autoras destacam que a busca de significados sobre a vida e a morte estão presentes nessa reconstrução da realidade e que, para lidar com esses significados, é preciso o incentivo de uma comunidade linguística sobre a atividade de expressar o luto (Luna, 2013).

É nesse momento que os rituais surgem como ações executadas pelos vivos, junto aos membros de suas comunidades, para tornar o momento de despedida do morto algo especial e significativo através do sentido dado a experiência. Entre as diversas funções dos rituais fúnebres está a apresentação de quem faleceu a sociedade utilizando o espaço público para receber condolências por sua perda. Tudo isso possibilita dar e encontrar significado para a perda (Luna; Moré, 2017; Franqueira, 2019).

Como o enlutado expressa suas emoções depende do contexto sociocultural ao qual está inserido. Será ele quem irá propor os códigos de conduta sobre os quais a sociedade se comportará, conforme nos revela Franqueira (2019, p. 61):

A cultura contemporânea individualista interpreta o luto como um fenômeno meramente psicológico, interpretativo e privado. Porém, cada vez mais a realização de rituais tem sido uma prática valorizada pelas teorias psicológicas contemporâneas. Os rituais cumprem a função de dar sentido às mudanças mais significativas decorrentes da perda da pessoa amada, ao mesmo tempo em que conferem sensação de continuidade entre o que aconteceu e o que acontecerá após a perda.

Associando-se a diferentes significações atribuídas ao longo da história, o enlutamento possui diversos posicionamentos e significados sobre a morte e o luto ao longo do processo histórico e cultural. Segundo Koury (2014), compreende-se o

lado público do sofrimento do enlutado as expressões de dor, de desespero, desamparo, as reuniões sociais nas quais parentes e amigos se fazem presentes para comer, beber e conversar sobre o morto, os rituais públicos e os costumes fúnebres. São nesses espaços que os rituais privados e sociais de despedida se entrecruzam.

Ao discorrer sobre os rituais no processo de luto parental, Franqueira (2019) mostra um cenário no qual pais e mães enlutados, que perderam seus filhos em acidentes de trânsito e participavam de grupos de apoio à vítima, demonstram que era durante esses encontros que eles expressavam a sua dor, sentimentos, reações e comportamentos diante de uma sociedade que não os acolhia.

Assim, como veremos no próximo tópico os rituais fúnebres promovem a possibilidade de um apoio apaziguador sobre a perda, assim como a sinalização de cuidado com o morto para que os vivos permaneçam tranquilos com a ida do seu ente (Franqueira, 2019).

2.2 O trajeto histórico dos rituais fúnebres no Brasil

Imposta aos seres vivos como a realidade de um estágio natural da vida, a morte torna-se uma preocupação aos seres humanos vivos. Desde os primórdios da existência, as civilizações destinavam aos mortos ritos específicos, como a sepultura. O sepultamento era a reflexão dos sentimentos dos vivos sobre o destino dos entes que se foram (Morin, 1997 *apud* Baptista, 2017).

Conforme Baptista (2017), tais práticas variam em consonância a época e a sociedade, refletindo os valores e as crenças de cada cultura sobre as normas e determinações acerca do cuidado com o corpo e o destino do morto.

Nos primeiros séculos, a era cristã moldou a forma como a sociedade ocidental enxergava o luto, realizava atos fúnebres e expressava sua perda. Ao longo da Idade Média a morte era considerada um “sono eterno”, no qual os mortos dormiam em um espaço sagrado, esperando o dia da ressurreição da carne, quando os bem-aventurados despertariam. Algo que hoje aparece perpetuado nas inscrições de “descanse em paz” ou “rest in peace (R.I.P)”. Os sufrágios, as orações e indulgências oferecidas às almas levavam alívio àqueles que sofreram a perda (Pinho, 2015).

Segundo Van Gennep (1978 *apud* Baptista, 2017, p. 17), os ritos funerários agem como ritos de passagem:

Os ritos funerários são exemplos de ritos de passagem, eles buscam marcar a passagem entre os espaços sociais diferenciados e seguem a configuração de três etapas apresentada por Van Gennep (1978): a separação, a liminaridade e a agregação. Os ritos tendem a ser mais ligados a uma dessas etapas, e o foco do rito funerário recai sobre a etapa de separação, ou seja, o morto deve ser separado dos vivos e da vida cotidiana. O período do luto corresponde à etapa da liminaridade e é a parte mais delicada desse processo, pois o morto permanece em suspenso entre dois mundos – o dos vivos e o dos mortos – e as atividades cotidianas são interrompidas para os enlutados. Estes últimos são os encarregados de realizar o ritual e, ao fim desse processo, o morto é agregado ao mundo dos mortos e se retorna aos padrões de normalidade social.

A simbologia dos rituais também é comentada por Souza; Souza (2019). O ritual diz respeito àquilo que é ritualístico, e a qualidade do ato é o que o torna simbólico. Assim o rito fúnebre pode ser traduzido como a capacidade de lavar, enterrar ou cremar o corpo, porém a qualidade e a abrangência desse ato são o que transmitem significado.

No período colonial brasileiro, a boa morte era difundida como norma da época. A morte era pública, as pessoas eram veladas dentro de suas casas e enterradas em solo sagrado, já que morrer não significava o fim da vida, entendia-se que o falecimento também simbolizava uma passagem para outra vida, premissa influenciada pelo catolicismo vindo da Europa. Logo, para alcançar uma boa morte e salvação eterna, era essencial que o moribundo estivesse próximo a Deus em sua morte. Assim, os cortejos fúnebres passavam pela cidade com tocheiros acesos e rezas cantadas (Tavares, 2009).

O cuidado e o respeito com os mortos, assim como a preocupação com a boa morte era característica do pensamento do período colonial brasileiro. A morte era anunciada, e as pessoas se preparavam para ela. Para “morrer bem”, esta não deveria acontecer privadamente e solitariamente, conforme Reis (1997 *apud* Tavares, 2009, p. 10):

A boa morte não poderia acontecer de maneira solitária. O moribundo não ficava isolado num quarto de hospital. Esperava-se a morte em casa, cercado por familiares, amigos, vizinhos, padres e rezadeiras. Esse era um momento público que por vezes tinha a presença não só de conhecidos, mas também de desconhecidos. A morte era uma manifestação social.

Socorro Acioli (2014), em seu livro *A Cabeça do Santo*, ao trazer uma narrativa com diversos regionalismos do Nordeste brasileiro, conta a história de

Samuel, um sujeito que vivia sozinho no mundo com a sua mãe. Castigado pelas dificuldades da pobreza e miséria, ele precisa cumprir os quatro pedidos que ela lhe faz ao anunciar que irá embora². No decorrer da história, é possível observar o quanto o “bem morrer” e a passagem para a salvação estão presentes no contexto brasileiro, principalmente nas regiões mais influenciadas pelo catolicismo no Brasil.

Ilustrando esse exemplo, três dos quatro pedidos envolviam a missão de acender uma vela para Padre Cícero, São Francisco e Santo Antônio. Samuel os cumpre com a expectativa de que a sua mãe tenha uma vida de paz do outro lado.

Durante a passagem para o século XX, a sociedade brasileira passa a ansiar acompanhar as mudanças do contexto global e ocidental. O processo de secularização, as mudanças nos saberes médicos e o surgimento do hospital, segundo Baptista (2017), transformaram a visão dos brasileiros sobre a morte, os mortos e os moribundos.

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e urbanização, a morte passa a ser encarada como sinônimo de dor, sofrimento e fracasso diante da impossibilidade da imortalidade. Assim, os moribundos passam a ser evitados e afastados da vida pública (Baptista, 2017).

A partir do século XX, a forma de expressar o sofrimento da perda tornou-se objeto de vergonha e interdição, passando a ser evitada, pois qualquer emoção excessiva era enxergada como um impedimento para se levar uma vida feliz. Ainda, assim, os rituais permaneceram expressos de diversas formas, como missas de sétimo dia, Dia de Finados, funerais, grupos de apoio a quem sofre uma perda, protestos contra mortes por homicídios e acidentes, memoriais públicos etc. No entanto, a sua carga dramática diminuiu referente ao período de sacralização da morte (Ariés, 1977/2012 *apud* Franqueira, 2019).

Koury (2014) reafirma essas mudanças. Segundo o autor, após os anos 1970 e 1980, o Brasil passou por diversas transformações culturais e estruturais, nas quais as experiências reais e imaginárias sobre as regras de comportamento se tornaram a etiqueta nacional da sociedade urbana em relação ao próprio sofrimento e à dor do outro durante o processo de luto.

² Ao dizer que iria embora, a mãe de Samuel estava se referindo a sua morte.

Dessa forma, o indivíduo não deve ausentar-se por completo, mas precisa garantir que não irá invadir a privacidade do outro, podendo enviar um cartão, flores ou condolências de maneira discreta. Já quem sofre a perda deve manter a sua dignidade e controle de suas emoções ao aceitar as condolências (Koury, 2014). Assim, para Tavares (2009): “As mudanças na sociedade moderna sob influência da secularização dos valores, dos costumes e dos sentimentos são possivelmente as grandes responsáveis pelas mudanças do culto ao morto.”

O “bem morrer”, assim como as práticas ritualísticas fúnebres e as simbologias das expressões públicas do luto, ainda estão presentes na sociedade brasileira, mas as atitudes diante da morte foram se modificando. As celebrações como missa de 7º dia, de 30 dias e no ano seguinte continuam acontecendo como rituais de grande significado (Tavares, 2009).

Com isso, pode-se entender que o bem morrer é construído socialmente pelas sociedades através da cultura e do tempo (Baptista, 2017). Nesse contexto, os rituais públicos relacionados à morte atuam como fator de proteção, desempenhando um papel fundamental para a expressão pública do luto. No próximo capítulo, exploraremos como essas práticas atuam para a elaboração do pesar.

3 RITUAIS PÚBLICOS COMO FATOR DE PROTEÇÃO PARA A VIVÊNCIA DO ENLUTADO

A palavra ritual deriva do latim *ritualis*, relativo ao rito. É possível observar na literatura a associação etiológica dos rituais às cerimônias religiosas, porém eles estão presentes desde a Pré-História até os dias atuais. Os rituais são práticas executadas repetidamente que norteiam as relações entre os povos e culturas, eles manifestam a transformação da humanidade, do nascimento à morte. Considerados performances, os rituais reúnem os membros de uma comunidade com a finalidade de compartilhar o momento significativo (Franqueira, 2017; Souza; Souza, 2019).

Assim, os ritos fúnebres, presentes desde as sepulturas do homem Neandertal, a princípio se relacionam ao gesto de lavar, enterrar e cremar o cadáver, ou seja, a preparação do morto, mas o seu prolongamento o torna simbólico:

[...] a palavra ritual diz respeito ao sentido daquilo que é ritualístico ou que tem propriedades rituais. Esta palavra alude ao sentido daquilo que é ritual, como uma qualidade de um ato que se prolonga para além do ato em si e adquire características simbólicas (Souza; Souza, 2019, p. 2).

Krom (2000) conclui que, devido à sua qualidade e prolongamento, estão para além do ato em si, os rituais são repletos de símbolos. Essa simbologia possui diversos significados que possibilitam descrever o que pontualmente não é possível expressar em palavras. O autor pensa o ritual como um sistema de intercomunicação simbólica no qual se torna viável estruturar e dar significado, possibilitando transformar e gerar novas concepções de mundo.

Segundo Worden (1998), enlutados por mortes violentas, repentinas e prematuras acabam não se preparando para o rompimento do vínculo com o morto, tornando a perda ainda mais traumática, principalmente pela possibilidade de os rituais de despedida não acontecerem. Assim, as cerimônias fúnebres possuem a função de ajudar os enlutados a confrontarem a realidade da perda e efetuarem a transformação, transição e continuidade por meio do reconhecimento público do luto e da externalização do sofrimento.

Conforme Neimeyer, Klass e Dennis (2014), os rituais formais e informais atribuem sentido às mudanças mais significativas do enlutamento e conferem uma continuidade entre a perda e o após a perda. O processo de luto é complexo, doloroso e necessariamente precisa de tempo e condições para ser elaborado; a

construção e reconstrução de significados são demandas urgentes da maioria dos enlutados, segundo Neimeyer (2014 *apud* Franqueira, 2017):

Os rituais têm funções de transformação, transição e continuidade e se efetuam por meio de algumas características como o reconhecimento público da realidade da perda, a externalização da dor e a revisão do mundo de significados (Franqueira, 2017, p. 18).

Existe uma representação universal de que o destino dos mortos e sua relação com os vivos dependem da realização dos ritos de morte. Morrer naturalmente não é suficiente para realizar uma “passagem” adequada, o processo dos ritos garante uma morte simbólica. Há algumas circunstâncias nas quais a realização de tais rituais pode sofrer alguma interdição e o morto não teria o repouso eterno: as mortes por suicídio, casos em que o corpo não pode ser recuperado, vítimas de homicídio e acidentes (Pinho, 2015).

Em sua análise, Koury (2014) nos mostra as transformações na sociedade brasileira sobre a expressão pública do luto. Dessa forma:

Os enterros, os cortejos e os velórios tornaram-se progressivamente mais rápidos, com o morto e a morte identificados como poluidores e, pior, transmissores de doenças, embora, ainda na metade do século XX, expressões de dor e demonstrações objetivas de luto fizessem parte do cotidiano da população brasileira. O vestir preto, o resguardo dos enlutados, a abstinência de alguns alimentos e de uma vida social ativa, ainda eram esperados dos familiares do morto. Era esperado, também, o acompanhamento mais de perto de parentes e amigos, e de outras instituições sociais, que funcionavam como instâncias pessoalizadas, tais como a Igreja – através de um discurso sobre a outra vida e o conforto aos que ficam [...] (Koury, 2014, p. 597).

Assim, a reintegração do enlutado à vida social ativa, tal como as demonstrações públicas de sofrimento, foram se transformando durante o final do século. Apesar dessas tradições ainda persistirem, elas não são mais seguidas à risca pela população (Koury, 2014). No entanto, segundo Pinho (2015), é durante os rituais fúnebres que ocorre o apoio solidário e apaziguador da comunidade aos enlutados. Então, durante os ritos, os enlutados são assegurados de que o morto terá paz e sobrevivência no pós morte.

Os ritos abrangem as dimensões que visam preparar o corpo e o sepultamento, oficializar o desaparecimento daquele ente do campo social, demarcar a identidade do morto, separá-lo dos vivos e ajudá-lo em seu destino. Para os vivos, os ritos visam o local para expressar o pesar, formalizar a despedida,

mudar o status social do enlutado e ainda socorrer, tranquilizar, apaziguar, desculpabilizar e confortar os viventes, conforme Pinho (2015).

Franqueira (2019), conclui que continuar o vínculo com morto é um fator de proteção para o enlutado, manter os rituais permite que o enlutado permaneça conectado a pessoa falecida. Assim, os rituais formais ou informais possuem a função de dar sentido às mudanças significativas decorrentes da perda, conferindo a continuidade com o acontecimento e as incertezas de um futuro sem a pessoa que faleceu (Neimeyer; Klass; Dennis, 2014; Franqueira, 2019).

Quanto mais destruturante é a perda, maior a necessidade de ritualização a fim de preencher a totalidade da perda. Assim, continuaremos no próximo tópico abordando a ausência de rituais como fator complicador do luto, a interrupção do processo simbólico de passagem e a dificuldade na aceitação da realidade da morte (Franqueira, 2019).

3.1 O luto sem rituais: a falta de uma despedida adequada

No cenário do luto, os rituais de despedida desempenham um papel essencial para a vivência do enlutado, atuando como marcos simbólicos que ajudam na readaptação da vivência da perda. Assim, a ritualização do luto cria um ambiente no qual é permitido expressar a dor e o sofrimento, além de proporcionar uma despedida formal que pode atuar como o início dessa reorganização. Dessa forma, quando não é possível realizar o ritual de despedida, esse fator fica comprometido a ponto de levar a prejuízos a longo prazo ao enlutado (Silva, 2022; Matos *et al.* 2024).

Durante os rituais, é possível o compartilhamento da dor, a homenagem ao falecido, a união entre os enlutados, além das expressões culturais em torno do luto — um espaço no qual o sofrimento é validado, criando uma oportunidade para entender que, de fato, o ente se foi (Silva, 2022; Matos *et al.* 2024). Em sua pesquisa, Matos *et al.* (2024) concluem que ausência de rituais formais intensifica a percepção de incompletude, dificultando o percurso de aceitação, contribuindo assim para o aumento nos casos de luto patológico:

A falta desses momentos simbólicos afetou emocionalmente o avanço natural pelos estágios do luto delineados por Kubler-Ross (1969), especialmente em pessoas com maior vulnerabilidade emocional. Sem a possibilidade de uma despedida adequada, muitos ficaram presos nas fases

iniciais do luto, como a negação e a raiva, o que atrasou a progressão para o estágio final de aceitação (Matos *et al.* 2024, p. 1505).

Ao trazer um apanhado sobre os mitos e as filosofias relacionadas a morte e a dor da perda, Nogueira (2022), através do mito grego de Antígona reflete sobre as famílias que perdem parentes em desastres ambientais, com mortes brutais nos quais não são encontrados vestígios dos restos mortais, impedindo o ritual simbólico que marca a despedida. De acordo com o autor: “Quando se tem a ausência de um corpo, a morte não parece se tornar real” (Nogueira, 2022, p. 16). Além disso, ele traz a reflexão que, na falta de um corpo, como é possível realizar uma despedida de quem amamos?

Segundo Souza e Souza (2019), os rituais relacionados à morte atuam para contextualizar a experiência, permitindo que a mudança de papéis dos enlutados seja expressa, além de oferecer à família o suporte adequado sobre a sensação de pertencer a uma cultura capaz de tornar esses momentos uma resposta à perda sem deixá-la desarticulada.

Conforme Giamattey (2020, p. 43): “Quando pensamos em ritual fúnebre, é muito possível que a imagem que nos venha à mente seja aquela que mais se alinha com nossa cultura e crença”. Como, por exemplo, no candomblé, onde existe o processo de vestir-se de branco durante um certo período, já que o branco representa o luto. As cerimônias religiosas cumprem o papel do rito de passagem (Nogueira, 2022). Assim, os rituais cumprem uma “aprovação social”, segundo a autora, sobre a expressão do sofrimento, e quando isso não é permitido, a resposta ao luto pode também ser alterada.

Ainda conforme Giamattey (2020), não podemos inferir que o luto necessariamente precisa ser vivido para que o enlutado consiga seguir com a sua vida e que aqueles que não viveram o processo do luto estão estagnados, porém, do ponto de vista da saúde mental, a vivência do pesar em suas mais diversas formas e singularidades é importante.

Mortes por acidentes, mortes em desastres nos quais os corpos não puderam ser encontrados, familiares que moram distantes e não puderam acompanhar os rituais fúnebres presencialmente, as mortes no contexto da pandemia, nas quais a família era impedida de acompanhar seus entes queridos em seus últimos dias e não puderam realizar funerais e os velórios devido ao risco de contaminação — todos esses são exemplos de contextos nos quais a despedida é

invisibilizada. Assim, a morte desamparada, a suspensão dos rituais sem a presença dos familiares completa o ciclo de esvaziamento da despedida formalizada, dificultando as etapas da construção de sentido e dificultando a aceitação da perda e dos papéis sociais adquiridos após a morte do ente, segundo Oliveira-Cardoso *et al.* (2020).

Abordaremos no próximo tópico a existência de múltiplos fatores que constituem o desenvolvimento do luto. Dentre eles estão o tipo de relação e vínculo existente entre o enlutado e o falecido; a idade de quem se foi — em caso de mortes de crianças, existe uma tendência a dificultar o processo de elaboração —; o tipo de morte, se foi natural e esperada, inesperada como acidentes e suicídios; se existe um corpo e se foi possível realizar os rituais funerários esperados pela família; como a notícia foi recebida pelos enlutados; como foi a vivência do processo de rompimento; e se recebeu apoio ou não. Todos esses múltiplos fatores pesam nas reações da perda, conforme aquilo que esperado ou frente o rompimento decorrente da morte (Braz; Franco, 2017; Giamattey, 2020).

3.2 Formas específicas de vivência e expressão pública do luto

O luto é vivenciado como um processo singular, podendo acarretar efeitos psicológicos que variam de pessoa para pessoa. Praxedes (2021), divide a perda em principal e secundária: a primeira tem seu surgimento com o falecimento de um ente querido; já a segunda refere-se à ausência de momentos compartilhados. O período de despedida começa quando a jornada para aqueles que ficam é iniciada após a falecimento do ente (Brito; da Silva; Santos, 2024).

Assim, a morte de um alguém próximo, como a mãe, pai, irmão e os amigos próximos, constitui um patrimônio íntimo que compõe o sujeito. Com o seu falecimento, parte também, as esperanças e os momentos compartilhados. A morte é compreendida como algo inerente à vida, de modo que o luto se torna uma parte natural dela (Da Silva; Santos; Valentim, 2022 *apud* Brito; Da Silva; Santos, 2024).

Tratando-se de um processo subjetivo, de natureza dinâmica e vivido de modo singular, existem condições que afetam essa vivência do luto, como a identidade e o papel da pessoa perdida, a idade, o gênero do enlutado, assim como as causas e as circunstâncias da morte (Magalhães; Daltro; Reis, 2023). Dessa

forma, neste tópico abordaremos os tipos de luto e suas influências quanto ao processo vivido pelo enlutado.

O luto parental, vivido quando os pais perdem um filho, é amplamente reconhecido como um dos tipos de luto mais profundamente dolorosos, intensos e devastadores, podendo afetar as famílias pela vida toda, com repercussões psicossociais graves para os pais enlutados. Além da perda, que acaba invertendo a ordem natural do ciclo da vida, as circunstâncias da morte podem dificultar o desenvolvimento do pesar (Franqueira, 2019).

Segundo, Reis (*et al.* 2021) cada sujeito ao nascer recebe uma gama de expectativas internalizadas pelos pais sobre si. Ao perder um filho, os sonhos, as idealizações, os investimentos afetivos, as expectativas e projetos depositados pelos pais sobre ele também são perdidos. Quando o filho morto é uma criança, todas essas esferas são intensificadas. Essa morte traz um desequilíbrio ao núcleo familiar, pensando que os filhos desempenham funções na dinâmica familiar, dessa forma:

Esse processo demanda a desconstrução de muitas expectativas vinculadas ao crescimento e ao processo desenvolvimental da criança, o que se configura como uma difícil tarefa perpassada por desafios e sofrimentos, além da possibilidade de os pais se sentirem debilitados em face da dor psíquica. Ainda, há a necessidade de arcar com a realidade, no que concerne aos afazeres, aos vínculos com a família e com os demais filhos, demandando sobreviver às angústias da perda. Perante essas repercussões, a possibilidade de viver a experiência do luto pode ser prejudicada, o que ocasiona dificuldades de lidar com os sentimentos e de expressá-los (Andrade; Mishima-Gomes; Barbieri, 2017 *apud* Reis *et al.* 2021).

A perda de um membro repercute em todos os integrantes da família exigindo uma reestruturação. O luto familiar é composto dos recursos individuais de cada um somado ao pesar do grupo, exigindo uma construção significados desse sistema de relações. Cada pessoa desempenha um papel nesse sistema, a perda de um pai ou mãe marca a vida do enlutado, já que estes costumam ter um papel central na vida dos filhos. Ao falarmos do luto conjugal, podemos refletir sobre a mudança de papéis vivido pela viúva ou viúvo, a ruptura que pretende ser para a vida toda, o compartilhamento com o cotidiano e os planos para o futuro (Rigão, 2024). Todas essas perdas, conforme Miceli (2013 *apud* Rigão, 2024, p. 308):

Na perda de tais entes, em especial no caráter único do vínculo com cada sujeito, insubstituível, perde-se alguém que pode ter sido fonte principal de acolhimento, afeto, e importância para a formação e constituição do sujeito,

no que condiz a definição dos traços da sua identidade, na percepção das semelhanças e diferenças com o outro.

Por sua vez, o luto por suicídio destaca-se por estar associado a uma morte violenta e estigmatizada. Segundo a WHO (2008 *apud* Dantas; Bredemeier; Amorim, 2022), a cada morte por suicídio, em média cinco a dez pessoas são diretamente impactadas negativamente. Conforme Dantas; Bredemeier; Amorim, (2022), os impactos sofridos pelos sobreviventes enlutados passam por questões sociais, econômicas, físicas e emocionais, nas quais ocorrem diversas mudanças na narrativa desses enlutados, tais quais dificuldades financeiras, ruptura de laços conjugais, transformações na dinâmica familiar.

Tudo isso aumenta o risco de depressão, transtorno de ansiedade, perda de sono, intensificação de ideações suicidas, além de diversos outros riscos que impactam o sujeito conforme o vínculo, a cultura, história e contexto político vivido pelo enlutado (Wilson; Clark, 2005; Cerel; Jordan; Duberstein, 2008; Fukumitsu; Kovacs, 2016; Dantas; Bredemeier; Amorim, 2022).

Hodgkinson e Stuart (1998) destacam que as perdas que ocorrem em contextos repentinos, inesperados, de forma aterrorizante como perdas em desastres representam um maior risco para a má elaboração do luto. Segundo os autores, perdas prematuras nas quais crianças e jovens morrem provocando uma inversão do ciclo natural, são contrárias ao que é esperado. As mortes inesperadas, sem aviso prévio, e mortes calamitosas, imprevisíveis, destrutivas e sem sentido tornam cada vez mais desafiadoras as habilidades que o sujeito precisa para sobreviver ao fenômeno (Torlai, 2010).

A situação de desastre provoca inúmeras reações nas pessoas envolvidas, assim como uma sucessão de perdas, o que impossibilita prever o tempo de que as pessoas traumatizadas necessitam para se recuperar. Existem alguns fatores que podem contribuir ou impedir a recuperação destas pessoas, como a existência de um sistema de apoio dentro e fora da comunidade envolvida, o que ressalta a importância de um apoio psicológico especificamente dirigido a estas pessoas (Franco, 2005 *apud* Torlai, 2010, p. 50).

O luto por desastre é um evento que traz um desequilíbrio às pessoas envolvidas, exigindo que elas desenvolvam formas de respostas para sobreviver à situação. Assim, no próximo tópico, abordaremos a expressão pública e privada do sofrimento do luto.

3.3 A expressão Pública e Privada do Sofrimento

As transformações dos últimos 50 anos vividas no Brasil trouxeram como resultado um processo de individualização das relações sociais, da forma de agir e pensar dos sujeitos. Com esse processo, novas regras de etiqueta surgiram como regras sociais — um conjunto padrão de atitudes sobre o luto. As regras relacionais culturais brasileiras vividas durante o século XX já não são mais aceitas nos meios urbanos (Koury, 2014).

Segundo Koury (2014), o ser discreto, a atitude blasé, a diminuição da demonstração ativa de sentimentos e do sofrimento vivido pelo enlutado se tornaram a regra comportamental do sujeito que sofre uma perda. Para o autor, a modernização brasileira, juntamente do esvaziamento do campo e migração da população para os segmentos médios urbanos, marcou o abandono dos antigos hábitos, principalmente sobre as relações familiares. Assim manter a dignidade sobre as demonstrações do sofrimento e a economia das emoções se tornaram as condutas esperadas do enlutado. Segundo Elias (2001 *apud* Franqueira, 2019, p. 60):

Para Elias (2001), o silêncio da comunidade se dá por um desconforto diante de tudo que se refere à morte. Diferentemente dos ritos tradicionais, que forneciam as palavras e os gestos adequados para o momento, hoje falta a espontaneidade diante de alguém que sofre uma perda e o número de palavras para essas ocasiões é relativamente pequeno, ao mesmo tempo em que as fórmulas convencionais já estão ultrapassadas.

Conforme Franqueira (2019), essas mudanças na sociedade brasileira com o fim do século XX e começo do século seguinte impactaram a visão sobre a morte e o morrer, além de uma desritualização do luto, onde o processo deixou de ser eminentemente público para ser privado ou íntimo. O sofrimento se tornou um assunto antes social para algo individual, no qual o enlutado precisa lidar consigo mesmo. Para a autora, essa cultura individualista enxerga o luto como um fenômeno meramente psicológico e privado, mas a necessidade de ritualizar o processo se tornou uma realidade, a fim de levar o sofrimento da esfera íntima para o espaço público.

Segundo Pinho (2015), as tatuagens *in memoriam*, a criação de perfis nas redes sociais da pessoa que faleceu, espaços que funcionam como memoriais, tudo isso sinaliza a existência da dor expressa privada e publicamente:

Um jovem relatou que realiza tatuagem a cada vez que quer marcar um momento "bom" de sua vida e a tatuagem lhe serve para referendar esse momento do qual irá sempre se lembrar. Nesse sentido a tatuagem é um marco memorial, uma tatuagem memorial que serve como suporte físico da lembrança. Já a tatuagem in memoriam tem a especificidade de ser um tributo fúnebre que visa prestar homenagem e ao mesmo tempo preservar a memória de um ser desaparecido usando a pele como suporte (Pinho, 2015, p. 19).

Além disso, os altares espontâneos que funcionam como memoriais construídos em locais onde ocorreram mortes sinalizam a separação entre o luto privado, sentido pelo enlutado e o luto coletivo, marcando uma memória individual e coletiva. Por meio desses memoriais, as mortes se tornam públicas, e o sentimento de pesar é expresso publicamente (Santino, 2006; Franqueira, 2019).

Para Franqueira (2019), quanto mais desestruturante é a perda, maior é a necessidade de ritualizar o evento para conseguir alcançar a totalidade dessa perda. Assim, além de contribuir para a passagem adequada do morto, os ritos e o tornar a morte pública — assim como ritual funerário — possuem um objetivo implícito de apaziguar os enlutados diante da comunidade, permitindo aos vivos receberem um apoio solidário (Pinho, 2015). Segundo a autora, os ritos não funcionam apenas para consolar o enluto, mas são um modo de liberar a angústia e renovar a comunidade.

Através dos ritos, os viventes são tratados e liberados para cuidarem de suas vidas, enquanto reconciliam o homem com a morte. Uma representação disso é a tradição milenar do *Día de los Muertos*: essa celebração mexicana é realizada anualmente como uma espécie de “carnaval”, no qual as crianças e adultos se fantasiam, dançam, bebem e cantam a fim de exaltar a memória dos mortos e a transitoriedade para a vida, de modo que se tornou um dia sem lamentações (Pinho, 2015).

É indispensável a função terapêutica dos ritos enquanto cuidado com os mortos e cuidado com os vivos, falaremos no próximo capítulo acerca dos impactos da rede social de apoio sobre os viventes enlutados.

4 A REDE SOCIAL DE APOIO

Nascemos e vivemos sob uma rede de relações composta pela família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras, as quais funcionam como ambientes ecológicos, disponíveis para auxiliar no desenvolvimento humano por meio da interação social (Juliano; Yunes, 2014). O conceito de redes sociais é compreendido na sociedade por meio dos vínculos relacionais, podemos perceber as redes sociais como estruturas compostas por grupos de indivíduos conectados de forma coletiva ou individual em conjunto uns com os outros, conforme Nunes, Pontes e Silva (2020).

Para Nunes, Pontes e Silva (2020, p. 4), a rede é estruturada por ligações. Cada estrutura da rede funciona como um sistema aberto:

Vale ressaltar que essa estrutura se configura como um sistema aberto em decorrência das interações tanto com o seu sistema quanto com o seu ambiente, em um processo contínuo de construção em níveis individuais e coletivos que promovem e difundem os processos socioculturais.

Essa configuração das redes sociais se dá a partir dos vínculos, seja pela proximidade física, da reciprocidade e/ou pelo compartilhamento de afinidades entre os integrantes do grupo. Conhecer a funcionalidade da rede e de suas interconexões nos permite analisar a dinâmica dos grupos. O aspecto funcional de uma rede social influencia o desenvolvimento do indivíduo, seu bem-estar emocional e sua capacidade de recuperação, segundo Nunes, Pontes e Silva (2020).

Assim, a palavra *comunidade* surge com diversos significados, norteados pelo conceito de “um grupo de pessoas submetidas a uma mesma regra ou lei” (Dicionário Aurélio, 2000, p. 172). Trata-se de um grupo social no qual os membros partilham dos mesmos interesses e mantêm uma ligação com suas vivências sob as mesmas normas, valores e sistemas de atividades, ao estabelecerem o próprio modo de comunicação, exercendo a solidariedade e a influência conjunta (Enciclopédia Temática Universalis, 2004 *apud* Dias, 2011).

Estar em um mesmo território não caracteriza uma comunidade, mas o ir e vir das relações, a possibilidade de estabelecer limites e continuar conectado é o que se destaca. Segundo Paiva (2003), a necessidade de pertencimento à comunidade constitui o enraizamento no cotidiano do outro, sendo possível compartilhar o existir.

O apoio social surge como uma função da comunidade ou rede social. Assim, a rede é o contexto ao qual o indivíduo irá recorrer em meio às adversidades para ter um suporte. Quando esse indivíduo encontra o apoio desejado, essa rede se torna uma rede de apoio social. Esse apoio também pode estar associado ao fornecimento de informações, ao auxílio material, seja físico ou emocional, que conecta e estreita as relações (Antunes; Fontaine, 2005; Nunes; Pontes; Silva, 2020).

Conforme Bauman (2004), as redes de relações estão em crise. Com o advento da sociedade de consumo — um modelo novo de sociedade no qual as relações se mostram descartáveis —, as transformações sociais se tornam cada vez mais aceleradas, e o desapego aos laços afetivos abala a estrutura da família. Vivencia-se a era das relações descartáveis. Assim, as redes de apoio social e afetivas também são impactadas por esse novo modelo de sociedade (Juliano; Yunes, 2014).

Conforme Brito e Koller (1999), a rede de apoio social é um conjunto de sistemas e pessoas significativas que se relacionam e são recebidas e percebidas como parte do indivíduo. O apoio social surge com as relações estabelecidas ao longo da vida, podendo influenciar significativamente o desenvolvimento pessoal do sujeito. Os laços sociais duradouros são importantes por fornecerem ajuda, permitindo o enfrentamento e a superação dos momentos de crise (Juliano; Yunes, 2014).

Para Brito e Koller (1999 apud Juliano, Yunes 2014), o apoio social é fornecido a partir do afeto disponibilizado pela rede relacional do indivíduo:

As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo fornecido pela rede relacional das pessoas é mantido por laços afetivos e depende de percepções que se tem do próprio mundo social, de competências e recursos disponíveis para proteção (p.135).

Para Slaikeu (1996), a crise é um estado de temporal de desorganização, no qual o indivíduo apresenta uma incapacidade para manejar essa situação com seus recursos já conhecidos. O resultado da crise pode ser radicalmente positivo ou negativo (Paranhos; Werlang, 2015). Caplan (1964), o precursor da Teoria da Crise, conclui que a resolução da desorganização recebe influências dos recursos

peçoais e sociais disponíveis pelo sujeito. Conforme o autor, a crise sempre será transformadora, seja atribuindo ou retirando, mas não é possível sair dela da mesma forma que antes de vivê-la.

Os seres humanos são sociais e mantêm suas relações também por influências de aspectos biológicos e ambientais. Conforme Taylor (2002), esses aspectos conseguem promover resiliência. Assim, a resiliência é a capacidade de superar infortúnios, o conjunto de habilidades de uma pessoa que, ao ser atravessada por algo inesperado, é capaz de sair disso de maneira fortalecida (Juliano; Yunes, 2014).

[...] a crise carrega em uma de suas faces, a oportunidade da mudança, que motiva pessoas, grupos e comunidades a buscarem soluções viáveis, sustentáveis, geradoras de empoderamento, fortalecimento e de resiliência de indivíduos, grupos e comunidades. Assim, há que se pensar nas possibilidades de promoção de resiliência individual e comunitária que podem ser geradoras de transformação social a partir da implementação de redes de apoio, pois a literatura vem apontando que estas possibilitam expressões de resiliência e promovem a construção conjunta de soluções e empoderamento de grupos sociais (Juliano; Yunes, 2014, p. 136).

Para as autoras, as redes são construídas e consolidadas com processos ligados à convivência. Conviver com as pessoas é interagir reciprocamente, com trocas afetivas, que possibilitam o desenvolvimento, o contato físico, o respeito mútuo — elementos que transformam a rede social de apoio em uma forma de prevenção de crises e fortalecimento de competências (Juliano; Yunes, 2014).

A relação pessoa-contexto influencia diversos processos biopsicossociais e a construção dos mecanismos de enfrentamento à vulnerabilidade. A interação do indivíduo e o ambiente possui características na promoção do desenvolvimento, com a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a estabilidade das relações afetivas. É por meio dessa relação pessoa-ambiente que os fatores de proteção atuam de forma prática, ajudando o sujeito na construção de estratégias e mecanismos de enfrentamento e transformação positiva diante das crises (Nunes; Pontes; Silva, 2020).

Além da comunidade como rede social de apoio, a família representa uma das instituições que desempenham um papel de maior relevância para a vida social do sujeito. É no ambiente familiar que se aprende o que é cuidado e como ele está associado às ações positivas que interferem na saúde (Dezoti *et al.* 2013). A família é o local das situações dinâmicas, trocas de experiências, convivências conflituosas

ou não, hábitos que produzem e reproduzem cultura. É no contexto familiar que se desenvolvem mecanismos de enfrentamento para as variações surgidas na narrativa da vida humana (Bastos; Trad, 1998).

Koury (2014), aponta mudanças na rede familiar com as transformações urbanas. Com o esvaziamento dos campos, a migração da população brasileira para as cidades e a diminuição do núcleo familiar — antes composto por diversos membros —, passou-se a enxergá-lo como: pai, mãe e filhos. A saída dos jovens de casa, criando uma independência destes em relação à família e às suas tradições, acarretou um afastamento do núcleo familiar e a fragilização das relações.

É importante salientar, porém, que uma tendência à permanência maior dos filhos, chegando às vezes até os trinta anos de idade, na residência dos pais, parece ter acontecido entre os jovens de classe média no Brasil, nos anos noventa do século XX, e que parece prosseguir agora, na primeira década do século XXI. Esse fato, contudo, não parece ter vindo acompanhado de uma restauração de um hábito do passado, rompido pelos jovens dos anos setenta; pelo contrário, essa nova forma de organização familiar parece ganhar espaço entre os jovens como uma forma de ampliação do espaço de individualidade e segurança para o enfrentamento do mundo, talvez pelo aumento do tempo de especialização e formação profissional, talvez pelo apelo aos prazeres da vida e à formação de uma poupança pessoal, talvez, enfim, pelo conforto e descompromisso de afazeres domésticos do cotidiano que a casa dos pais possibilita. Em todos os casos, porém, não parece refletir em uma volta ou em um maior apego a tradições culturais perdidas, mas em um aumento do individualismo como espaço de consumo e lazer, e como espaço de competitividade no ambiente societário formal das relações, econômicas, políticas, ou ligadas às esferas sociais da hierarquização e do status (Koury, 2014, p. 597-598).

Apesar disso, a família assume um papel principal no desenvolvimento humano. Além disso, ela é o contexto em que se busca apoio social e afetivo ao se deparar com adversidades. Segundo Dezoti *et al.* (2013), a rede social de apoio familiar pode ser composta por todo o núcleo familiar: mães, pais, avós, tios e irmãos. No desenvolvimento infantil, também participa a comunidade na qual a criança estabelece relações ao longo do seu crescimento.

Compreender essas características sobre a rede social familiar, segundo os autores, torna possível entender quais são as ações que promovem o desenvolvimento pessoal, sendo possível enxergar as características individuais que estão envolvidas nesse contexto sócio-histórico-cultural no qual estamos inseridos. (Dezoti *et al.* 2013).

4.1 Os impactos da rede social de apoio no processo do luto

O enlutamento é um processo único para cada sujeito, possuindo diversas influências, como o tipo e a extensão do apoio recebido pelo enlutado e de como esse apoio é entendido por ele sendo útil ao seu processo. Existem fatores de risco que impactam o desenvolvimento de um luto saudável, como características situacionais, interpessoais e intrapessoais. Assim, identificar os fatores de proteção que promovem resiliência e reduzem os riscos é essencial para o processo do luto (Stroebe *et al.* 2005; Franqueira; Magalhães, 2018).

Segundo Franqueira e Magalhães (2018), existem poucas pesquisas sobre os efeitos e a presença da rede social de apoio atuando como fator de proteção ao enlutado. Sendo entendida como totalidade das relações significativas do sujeito, com a função de companhia social, apoio social e emocional, guia de conselhos e regulação, a rede social pessoal possui níveis nos quais ela pode impactar a saúde do indivíduo. Segundo Sluzki (1997 apud Franqueira, Magalhães, 2018, p. 373): “Num nível existencial, as relações sociais contribuem para dar sentido à vida das pessoas. Num nível social, a rede proporciona uma retroalimentação cotidiana que monitora a saúde de seus membros”.

Assim, as fontes primárias de apoio social durante as crises que surgem ao longo da vida são compostas pelos membros da família, os amigos, as relações que fazemos no trabalho e escola, e relações comunitárias. Espera-se que a rede social das pessoas enlutadas forneça segurança e acolhimento durante o compartilhamento do pesar. Por isso, é importante que o cuidado oferecido se atenha às sensibilidades e necessidades do enlutado, pois isso impactará na noção de rede social do enlutado, podendo deixá-lo solitário diante da sua dor (Sluzki, 1997; Rando, 1993).

Koury (2014, p. 596), ao questionar o comportamento ideal frente à pessoa que sofreu uma perda, obteve os seguintes resultados: “Ser discreto”, obteve 77,60% das respostas; a segunda, “Se guir a tradição”, 15,34%, e a terceira, por fim, “Não existe comportamento ideal”, 7,06%. O “ser discreto” aparece como a ação imaginária ideal dos informantes da pesquisa. Segundo ele, ao final do século XIX passou a ocorrer uma diminuição da demonstração ativa de sentimentos sobre a morte e o morrer, e, principalmente, do sofrimento em relação à perda do enlutado.

Dessa forma, muitas pessoas não sabem o que dizer ou como reagir frente aos enlutados, então decidem evitá-los do convívio social durante a perda, nos momentos ou dias seguintes a ela. Muitos enlutados acabam mascarando seu sofrimento para mostrarem que estão bem, diante do que a sociedade espera como prazo para o luto. O tempo ideal é relativo, possui variações para cada sujeito, porém, nem sempre mostrar o sofrimento do pesar é bem aceito e acolhido. Apesar disso, compartilhar o luto permite que as memórias permaneçam vivas, tornando essencial falar sobre, ainda que a morte seja um assunto que traga desconfortos (Franqueira; Magalhães, 2018).

No contexto brasileiro, a morte, o morrer e o luto são encarados com uma certa discrição. Algumas mortes são vistas mais estigmatizadas que as outras. Dentre elas, está a morte por suicídio. O luto por suicídio possui especificidades ao se relacionar com uma morte violenta e muito estigmatizada. Os enlutados por tal perda são chamados de “sobreviventes enlutados”; são todos os sujeitos que experienciaram a morte de alguém por suicídio e são negativamente afetados por isso (Dantas; Bredemeier; Amorim, 2022).

[...] pontua-se que há distinção entre ser “sobrevivente enlutado” e ter sido “exposto ao suicídio”. De acordo com Andriessen (2014), o primeiro conceito se refere aos enlutados que tiveram relacionamento pessoal e próximo com o falecido, a exemplo de amigos e familiares. O segundo se aplica às pessoas que não conheciam pessoalmente aquele que morreu, mas que, de alguma maneira, foram expostas negativamente ao ato fatal, por exemplo, um suicídio com grande repercussão midiática e/ou com testemunhas no local do ato suicida (bombeiros, policiais e transeuntes) (Andriessen, 2014 *apud* Dantas; Bredemeier; Amorim, 2022, p.3).

Os sobreviventes enlutados podem sofrer mais choque e trauma da experiência do que em outras categorias de morte, devido à natureza violenta, inesperada e sem justificativas imediatas sobre o ato. Além disso, após o suicídio, o enlutado passa a enfrentar perguntas e especulações sobre a morte e a vida do falecido. Assim, sentimentos como: acusação, culpa, revolta, raiva e vergonha são presentes na vida do enlutado, impactando o processo do pesar. Os sobreviventes enlutados relutam em falar sobre a morte e sobre o morto, acabando por se isolarem da comunidade. O medo do julgamento e a vergonha se fazem presentes e estes deixam de receber o suporte e apoio necessário (Dantas; Bredemeier; Amorim, 2022).

Pais e mães enlutados também passam por um sentimento de estigmatização. Os dados da pesquisa de Serpa (2014) mostram o relato de mães enlutadas sobre o afastamento da comunidade durante o processo de luto materno. Elas se ressentiam da falta de apoio e do estigma sofrido, o que as fazia se afastar e se isolar, impactando negativamente o seu processo de luto.

Evitar falar sobre o tema da perda é comportamento comum na sociedade percebido pelos pais quando perdem seus filhos. Muitas vezes, ao falarem de seus filhos, percebem incompreensão e certo constrangimento social, fazendo com que eles tenham que buscar ajuda profissional (Serpa, 2014; Gijzen *et al.* 2016; Wago *et al.* 2017 *apud* Franqueira; Magalhães, 2018, p. 376).

Conforme Gijzen (*et al.* 2016), em sua pesquisa sobre o luto parental, 97% dos 64 pais relataram ter recebido certo tipo de apoio emocional após a perda, que foi oferecido pela família, por profissionais e pela comunidade que constituía sua rede de apoio, mas 52% desses pais relataram que esse apoio emocional não foi suficiente.

A perda do parceiro também é identificada como uma perda estigmatizante. Tal perda é entendida como um acontecimento drástico, devido ao seu impacto na vida do enlutado. A viuvez é repercutida de maneira diferente nos comportamentos de cada pessoa, atravessados por características individuais, sociais e culturais nos quais esse enlutado está imerso (Doll, 2006; Coutinho, 2014).

Segundo Parkes (1998), em sua pesquisa realizada com cônjuges que perderam seu parceiro, identificou que o estigma faz parte da mudança de atitude direcionada ao enlutado por parte da sociedade: “[...] quando há morte do cônjuge, por exemplo, ‘é como se a viúva tivesse marcada pela morte, da mesma maneira que ficam os coveiros’” (Parkes, 1998, p. 25 *apud* Coutinho, 2014, p. 21).

Quando fazemos um recorte para o luto pela perda do cônjuge na população LGBTQIAP+, essa experiência possui estressores e barreiras sociais adicionadas comparadas aos pares heterossexuais. Esses impactos vão desde o momento da morte até as questões legais e financeiras. Tais barreiras e estressores aparecem no não reconhecimento do luto e do sofrimento vividos pelo enlutado, e da relação com a pessoa falecida, aumentando a não legitimação da sociedade sobre a perda. O luto não legitimado surge quando a experiência do pesar não é abertamente admitida; esse luto não pode ser expresso publicamente, pois,

socialmente, ele não é aceito, aumentando o sofrimento de uma população já excluída e vulnerabilizada (Gabarra *et al.* 2023).

O luto privado de direitos pode ser considerado impróprio e irrelevante, e o processo de luto visto como ilegítimo e desnecessário. Há relatos de viúvos e viúvas LGBT que não se sentiram confortáveis em chorar publicamente nos funerais, buscaram esconder o real relacionamento vivido com a pessoa falecida, assim como outros que foram privados de estarem presentes nas cerimônias ao falecido (Patlamazoglou *et al.* 2018 *apud* Gabarra *et al.* 2023, p. 11).

Dessa forma, uma maneira de minimizar o isolamento e os efeitos causados por ele é apoiar afetivamente os enlutados, criando um ambiente confortável para que eles expressem seus sentimentos e pensamentos sabendo que encontraram suporte, ajudando na reconfiguração e reorganização diante da perda (Franqueira; Magalhães, 2018).

Nesse contexto, podemos dividir as redes de apoio em duas categorias: informal e formal. As redes de apoio informais são formadas por familiares, amigos, vizinhos, os conselheiros espirituais, clubes e associações, igrejas que oferecem apoio nas atividades do dia a dia em relação às demandas que podem surgir no cotidiano. Já nas redes de apoio formais estão inclusas as organizações formais como as instituições — sendo elas os hospitais e os serviços públicos —, além dos profissionais que prestam assistência e cuidado, os programas governamentais, dentre outros (Mesquita, 2011; Almeida; Cerqueira; Rabinovich, 2018).

Conforme Gonçalves e Bittar (2016), apesar do luto possuir profundos reflexos na vida de quem o vivência e ser uma experiência individual, existe um grande desconhecimento sobre o tema, surgindo no despreparo do ser humano sobre a vivência da morte e da experiência do luto. Segundo Kovács (2003), essa dificuldade em lidar com o pesar está associado à mentalidade sobre a morte que a torna um tema interdito. Assim, o primeiro passo para aprender a lidar verdadeiramente com a morte é reconhecer que não é possível evitá-la e que negá-la é caminhar para a negação do aspecto inerente a vida (Santos, 2009).

Desse modo, o enfrentamento no processo do luto:

Para Lazarus e Folkman (1984), o “coping”, que equivale ao termo em português “enfrentamento”, é o conjunto de estratégias desenvolvidas pelo sujeito para lidar com situações de dor e sofrimento. Diferente da fuga e do adiamento, o enfrentamento é uma postura necessária para a superação ou elaboração de uma perda importante, quer física, ou psíquica. Segundo Esparbés, Sordes-Arder e Tap (1993), o coping permite ao sujeito ultrapassar o conflito e fazer adaptações à nova situação, podendo, assim,

superá-la, o que não equivale ao esquecimento do evento, mas à capacidade do sujeito enlutado em dar andamento à sua vida apesar da perda sofrida (Lazarus; Folkman, 1984; Esparbés; Sordes-Arder; Tap, 1993 *apud* Gonçalves e Bittar, 2016, p. 40).

O enfrentamento do luto é a possibilidade de superar a perda. Ele está relacionado ao encaminhamento, à resolução do luto e à possibilidade de descobrir uma maneira de viver com e apesar da perda (Gonçalves; Bittar, 2016). Inúmeros são os recursos para o enfrentamento do pesar, e essas estratégias estão relacionadas à busca de apoio frente à situação estressora, sua rede relacional e às pessoas que a compõem. As estratégias de enfrentamento geralmente estão associadas à rede de relações interpessoais, representadas pelas pessoas que o indivíduo considera importantes (Reis; Moré; Menezes, 2023).

Existem alguns fatores que podem impactar essa elaboração e enfrentamento do luto, como o tipo de relação do enlutado com o morto, o gênero do enlutado — já que homens e mulheres lidam de maneiras diferentes com a morte —, a idade da pessoa que faleceu e as vulnerabilidades sofridas pelo enlutado, como as mortes repentinas e inesperadas, as múltiplas perdas, mortes violentas, dentre outras, que acabam interferindo na forma de lidar com essa perda (Parkes, 1998; Gonçalves; Bittar, 2016).

Um período que também interfere na experiência de elaboração da perda é o luto antecipatório:

O luto antecipatório é um período que permite a resolução de conflitos e de questões pendentes e, sendo assim, destaca-se a comunicação entre os membros como um fator que possibilita tratar de aspectos importantes sobre o adoecimento e a morte (Fonseca, 2004; Franco, 2014 *apud* Reis; Moré; Menezes, 2023, p. 2).

O luto antecipatório ocorre diante de repercussões do processo de adoecimento e da proximidade da finitude do moribundo. Assim, a antecipação e a aceitação da morte se tornam uma realidade na vida do enlutado. O manejo de relação dos familiares, amigos e pessoas próximas àquele que vive a situação de proximidade com a morte é representado pela resolução de conflitos, a expressão de sentimentos e a despedida, tornando-se um elemento essencial para o processo de elaboração do luto e os possíveis entraves no enfrentamento da perda (Fonseca, 2004; Franco, 2014; Reis; Moré; Menezes, 2023).

Segundo Luna (2013), as vivências e os recursos de enfrentamento do luto resultam da rede pessoal significativa de cada sujeito, constituindo o processo

de elaboração do luto, envolvendo o reconhecimento dessa nova realidade, a busca de sentido da perda e a reorganização social e interpessoal. A construção e a manutenção de determinados comportamentos de enfrentamento são estruturadas por essa rede de apoio, como a busca pelo processo terapêutico psicológico, a companhia de amigos e familiares para falar sobre o morto ou realizar rituais fúnebres.

A experiência do enlutado é única e influenciada por diversos fatores, como o tipo, extensão e qualidade do apoio recebido pelo indivíduo e enxergada por ele. Apesar de fazer parte dos fatores de proteção e, em tempos de crise, servir como apoio, acolhimento e segurança, muitas pessoas não sabem o que dizer aos enlutados e evitam se aproximar deles no pós-óbito. A sociedade estabelece o ideal do que seria permitido ou não se comportar durante o processo do luto. Dessa forma, os enlutados podem acabar por privar a sua dor e demonstrar publicamente que estão bem, que superaram o luto e lidaram de maneira adequada, conforme aquilo que é esperado (Franqueira; Magalhães, 2018).

Luna (2023) aponta, assim, que em momentos de apoio muito específicos, a rede familiar e de amigos são as relações mais destacadas durante a notícia da doença do familiar, na luta contra a doença, na notícia da morte e nos rituais de luto. Em relação aos momentos pós-perda, o apoio aparece na rede de pessoas que organizam as pendências da perda, nos cuidados a saúde e volta ao trabalho. Além disso, os compartilhamentos sobre o pesar e apoio se transformam ao longo do primeiro ano dentro das redes de relações significativas.

De acordo com Gonçalves e Bittar (2016), além da rede de apoio como estratégia de enfrentamento para o luto, outros elementos sociais são fundamentais na superação da perda, como a religião e a espiritualidade que vem sendo reconhecidos como importantes elementos de apoio e elaboração do sofrimento, com teorias sobre a morte e as razões para dar sentido e desenvolver estratégias de se lidar com a angústia da finitude (Bowker, 1970; Levin, 2003). Na conclusão de sua pesquisa os autores encontraram o seguinte cenário:

Conclui-se que o apoio social (família) e a religião/ espiritualidade foram importantes elementos de apoio para as pessoas deste grupo, sendo os elementos que mais foram citados, tanto nas questões abertas, como nas de múltipla escolha, mas outros elementos, tais como os amigos, o trabalho, o tempo e a música, foram reconhecidos como elementos de apoio em virtude da representação que tinham para os participantes (Gonçalves e Bittar, 2016, p. 43.).

O processo de luto envolve o destaque tanto dos enlutados quanto das pessoas que compõem a rede social significativa ajudando no processo de elaboração da perda e da reorganização de papéis nessa nova realidade, ao demonstrarem confiança e corresponderem à expressão pública das vivências do luto. Assim, é nesse processo de troca de apoio que o luto tem o seu significado desenvolvido (Luna, 2013).

Como espaços de sociabilidade do luto, nos quais existem a possibilidade de externalização desse sofrimento, temos os Grupos de Auto-Ajuda (GAA), eles são definidos como um grupo de pessoas que acreditam ter demandas e problemáticas em comum e se reúnem para fazer algo a respeito. O grupo costuma se manter por si mesmo, possuindo uma autonomia em relação a instituições e profissionais. Além disso, ele baseia a sua atuação na mutualidade de ajuda entre os participantes (Roehe, 2005).

Na sociedade que possui dificuldades em acolher o enlutado, os grupos de apoio acabam se tornando uma alternativa para aqueles que passaram por perdas semelhantes e precisam ser escutados. Eles se tornam o local no qual é possível a construção de significados sobre a perda (Franqueira; Magalhães, 2018).

Outro ambiente que permite a expressão de emoções acerca do luto é a psicoterapia. Conforme Benkel, Wijk e Molander (2009), o suporte de profissionais da saúde acaba surgindo quando existe um déficit na rede social informal, onde o enlutado prefere não sobrecarregar sua rede. Ainda assim, as psicoterapias são recomendadas a pacientes enlutados que precisam de um apoio superior àquele que possuem, para direcioná-los à reconfiguração de sua perda, buscando a sua autonomia e intervindo sobre a realidade dolorosa da perda (Freitas, 2018).

Assim, entendemos que o processo do enlutamento possui diversas nuances e configurações, de acordo com a sua complexidade. A morte é um assunto pouco discutido, e é preciso estarmos preparados para enfrentá-la. Perder um ente é um fenômeno doloroso e intenso que impacta todos os aspectos inerentes à vida do enlutado. Além da necessidade de existir redes sociais significativas que sirvam de espaço de confiança para o compartilhado de vivências do luto e recebimento de apoios específicos, também é essencial o protagonismo dos enlutados para a sua própria experiência e busca de reorganização após a perda (Freitas, 2018; Luna, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a investigar as transformações da expressão pública do sofrimento do luto ao longo da história, considerando as mudanças ocorridas nos rituais fúnebres, presentes nas civilizações desde a Antiguidade, com os sepultamentos. Também foram abordados aspectos do período medieval, no qual a morte era compreendida como algo familiar e natural. Tais transformações na visão da morte, do morrer, do luto e dos rituais foram marcadas pela influência da Igreja Apostólica Católica Romana, período em que morrer era um ato público.

Assim, o lado público do luto manifesta-se quando há a necessidade de reconstrução de significados sobre a vida e a morte, sendo imprescindível o incentivo de uma comunidade linguística, além de ações realizadas pelos vivos, como os costumes fúnebres. No contexto brasileiro, as mudanças ocorridas ao longo do século XX transformaram a visão da população sobre a morte e a demonstração pública do luto. No entanto, apesar do distanciamento em relação às tradições, os rituais ainda exercem um papel fundamental no processo de enlutamento.

Evidenciou-se, portanto, a função dos rituais como fator de proteção. Compreende-se que, quanto mais destruturante é a perda, maior é a necessidade de ritualizar o luto. Dessa forma, cenários nos quais os rituais são impossibilitados tornam a readaptação do sobrevivente mais complexa. Os diferentes tipos de morte também impactam significativamente a vivência do luto: mortes por suicídio, por desastres, de filhos, pais ou cônjuges são experienciadas de maneira singular pelo enlutado.

Ao longo do estudo, observou-se como a rede social de apoio se insere nesse cenário, desempenhando o papel de conectar indivíduos por meio dos vínculos estabelecidos, da proximidade física e do compartilhamento de afinidades, elementos que possibilitam o desenvolvimento do sujeito e a manutenção de seu bem-estar social e emocional. Entendida como o conjunto de sistemas e pessoas significativas que se relacionam ao longo da vida, a rede social de apoio revela-se fundamental na reorganização do sujeito nos momentos de crise.

Sendo assim, a expressão pública do sofrimento do luto relaciona-se à rede social de apoio ao enlutado, destacando a importância da atuação de

familiares, amigos e pessoas próximas ao sobrevivente nos processos que antecedem e sucedem a morte. Quando pensamos nos rituais fúnebres, imaginamos a reunião de pessoas para um fim comum — e são nesses espaços que o sofrimento do luto pode ser legitimado e reconhecido.

Por meio desta pesquisa, foi percebido que há, atualmente, uma tendência à privacidade na vivência do luto; o enlutamento na contemporaneidade tornou-se mais reservado do que era até o século XX. Apesar disso, observa-se que a expressão pública do luto ainda persiste, sendo manifestada por meio das tradições ritualísticas como a missa de sétimo dia, o velório, o sepultamento e as lápides em locais públicos. No entanto, há um certo desapego em relação a essas tradições, especialmente entre as gerações dos séculos XX e XXI.

Como uma revisão de literatura centrada no contexto brasileiro, o estudo baseou-se em fontes já publicadas. Apesar disso, para viabilizar a pesquisa, foi necessário recorrer também a materiais disponíveis em língua inglesa, dada a escassez de estudos que abordem conjuntamente as duas variáveis propostas neste artigo.

Constata-se, portanto, uma clara necessidade de maior aporte teórico acerca das temáticas do luto no contexto brasileiro, especialmente quanto aos impactos da rede social de apoio nesse processo. Quanto à expressão pública do sofrimento, esta aparece na literatura por meio dos rituais fúnebres, dos ritos de passagem e das tradições ritualísticas. Ainda assim, é necessária uma investigação mais aprofundada sobre sua influência no processo de elaboração do pesar.

Conclui-se ressaltando a importância de ampliar o embasamento teórico acerca dos processos do luto no Brasil, considerando as intersecções socioculturais e históricas vivenciadas no país, relacionadas à expressão pública do sofrimento e à rede social de apoio. Espera-se que este estudo não esgote a temática, mas que sirva como base para novos trabalhos e olhares sobre o tema, contribuindo para o entendimento de que devem existir espaços formais e informais adequados para a expressão pública do luto, para o protagonismo do enlutado em seu próprio processo e para a criação de redes de apoio dispostas a escutar, diminuindo o estigma e o tabu sociais que envolvem a morte, o morrer e o luto, tornando esse processo menos doloroso para quem o vive.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e Teoria social: Revendo os fundamentos do conceito. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., p. 8-19, 2007.
- ACIOLI, Socorro. **A cabeça do santo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ALMEIDA, Aline Mota de; CERQUEIRA, Gêssica de Almeida; RABINOVICH, Elaine Pedreira**. Redes de apoio como estratégia familiar para o cuidado da pessoa em tratamento de hemodiálise. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018.
- ANDRADE, Marcela Lança de; MISHIMA-GOMES, Fernanda Kimie Tavares; BARBIERI, Valéria. Recriando a vida: o luto das mães e a experiência materna. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 21-32, abr. 2017.
- ANDRIESSEN, Karl. Postvention in Major Suicidology Journals. **Crisis: The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention**, Washington, DC, v. 35, n. 5, p. 338-348, 2014.
- ANTUNES, Cristina; FONTAINE, Anne Marie. Percepção de apoio social na adolescência: Análise factorial confirmatória da escala social support appraisal. **Paidéia, Ribeirão Preto**, v. 15, n. 32, p.355-366, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Livraria Saraiva de bolso, 1977/2012.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BAPTISTA, Caroline Bernardoni Cavalcanti. A morte brasileira em diferentes épocas: uma análise antropológica dos rituais funerários e da “morte digna”. **Dignidade Re-Vista**, v.2, n.4, 2017.
- BASSO, Lissia Ana; WAINER, Ricardo. Luto e perdas repentinas: contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, v. 7, n. 1, p. 35-43, 2011.
- BASTOS, Ana Cecília de Souza; TRAD, Leny A. Bonfim. A família enquanto contexto de desenvolvimento humano: implicações para a investigação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, p. 106-115, 1998.
- BAUMAN, Zigmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 192p.
- BENKEL, I.; WIJK, H.; MOLANDER, U. Family and friends provide most social support for the bereaved. **Palliat Med**, London, v. 23, n. 2, p. 141-149. 2009.
- BOWKER, John. **Problems of suffering in religions of the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BRAZ, Mariana Sarkis; FRANCO, Maria Helena Pereira. Profissionais Paliativistas e suas Contribuições na Prevenção de Luto Complicado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 1, p. 90-105, 2017.

BRITO, Macilene Barbosa; DA SILVA, Patricio Francisco; SANTOS, Marcione Margarida da Silva. Luto e perdas secundárias: impactos no processo de adaptação. In: **Enfermagem em Foco: Educação, Competências e Práticas Avançadas-Volume 2**. Editora Científica Digital, 2024. p. 107-129.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

Caplan, Gerald. **Principles of preventive psychiatry**. New York, NY: Basic Books. 1964.

CEREL, Julie.; JORDAN, John. R.; DUBERSTEIN, Paul. R. The impact of suicide on the family. **Crisis: The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention**, Washington, DC, v. 29, n. 1, p. 38-44, 2008.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Versão para e-book. 2006.

COUTINHO, Daniella Franco. **O processo de luto do idoso pela morte do cônjuge: memórias, emoções e vidas que seguem**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2014.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira; BREDEMEIER, Juliana; AMORIM, Karla Patricia Cardoso. Sobreviventes enlutados por suicídio e as possibilidades para posvenção no contexto da saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e210496pt, 2022.

DANTAS, Jurema Barros; BERGE, Jean Elyson Rodrigues; DUTRA, Adryssa Bringel. Entre a morte e a experiência da finitude: histórias e diálogos com o contemporâneo. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 13, n. 1, p. 41-55, abr. 2021.

DÁ MESQUITA, José Alberto Rodrigues. **Suporte social e redes de apoio social em idosos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2011.

DA SILVA, Patricia Barreto; DOS SANTOS, Mariana Fernandes; DOS SANTOS VALENTIM, Nirã. Cuidados paliativos para o paciente oncológico: impacto psicológico no familiar cuidador Cuidados paliativos e o impacto psicológico no familiar. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 20, n. 71, 2022.

DEZOTI, Ana Paula et al. Rede social de apoio ao desenvolvimento infantil segundo a equipe de saúde da família. **Escola Anna Nery**, v. 17, p. 721-729, 2013.

DIAS, Danilo Borges. O Termo Comunidade Visto Sob Três Vertentes: A Teórica, A da Extensão da UCB e A da Cooperativa Reciclo. **Revista Dialogos**, v. 16, n. 2, 2011.

DIAS, Sandrine; SEQUEIRA, Joana; GUADALUPE, Sónia. Rede social pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social: RPICS**, v. 2, n. 1, p. 25-37, 2016.

DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. 4 ed. revista e ampliada. Editora Nova Fronteira, 2000.

DOLL, Johames. **Luto e Viuvez na velhice**. In: FREITAS, Elizabete Viana de (et al). Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2. ed. RJ: Guanabara Koogan, 2006.

DOS REIS, Cristine Gabrielle da Costa; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; MENEZES, Marina. O luto antecipatório e as estratégias de enfrentamento de familiares nos Cuidados Paliativos. **Psico**, v. 54, n. 1, p. e39961-e39961, 2023.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

ENCICLOPÉDIE THÉMATIQUE UNIVERSALIS. Sciences Humanines. 13. Editora Promotion Press Mediaset, 2004.

ESPARBÈS, Silvie; SORDES-ADER, Florence; TAP, Pierre. Présentation de l'échelle de coping. **Actes de las Journées du Laboratoire Personnalisation et Changements Sociaux**, v. 8, p. 9-1, 1993.

FONSECA, José Paulo; ANTECIPATÓRIO, Luto. São Paulo: Ed. Livro Pleno, 2004.
FRANCO, Maria HP; KK, Polido. Luto antecipatório em cuidados paliativos. **MHP Franco & KK Polido**, Atendimento psicoterapêutico no luto, p. 27-35, 2014.

FRANQUEIRA, Ana Maria Rodrigues. Entre o público e o privado: rituais no processo de luto parental. **Tempo da Ciência**, v. 26, n. 51, p. 59-72, 2019.

FRANQUEIRA, Ana Maria Rodrigues. À flor da pele: entre ritos e sentidos do luto parental. 2017. 101 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2017.

FRANQUEIRA, Ana Maria Rodrigues; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Compartilhando a dor: o papel das redes sociais no luto parental. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 6, n. 11, p. 373-389, 2018.

FREIRE, Érika. Conheça o significado da música Gostava Tanto de Você, de Tim Maia. Analisando letras. *Letras.mus.br*, 2023. Disponível em <<https://letras.mus.br/blog/gostava-tanto-de-voce-significado/>>. Acesso em: 6 out. 2024.

FREITAS, Aline Maria Osório. Luto de morte e suas manifestações no adulto. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 18, n. 01, p. 8-21, 2018.

FUKUMITSU, Karina Okajima; KOVACS, Maria Júlia. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. *Psico*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 3-12, 2016.

GABARRA, Leticia et al. A vivência do luto do cônjuge em idosos gays, lésbicas, bissexuais e/ou trans: Revisão Narrativa. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 8, n. 15, 2023.

GIAMATTEY, Maria Eduarda Padilha et al. Processo de Luto diante da Ausência de Ritual Fúnebre na Pandemia da COVID-19: análise documental jornalismo online. 2020.

GIJZEN, Sandra; et al. How do parents experience support after the death of their child? **BMC Pediatrics**, London, v. 16, n. 204, p. 1-10, dec. 2016.

GONÇALVES, Paulo Cesar; BITTAR, Cléria Maria Lobo. Estratégias de enfrentamento no luto. *Mudanças-Psicologia da saúde*, v. 24, n. 1, p. 39-44, 2016.

HODGKINSON, Peter E.; STEWART, Michael. **Coping with catastrophe: A handbook of post-disaster psychosocial aftercare**. Routledge, 2006.

JARAMILLO, Isa Fonnegra de. **Morrer Bem**. São Paulo: Editora Planeta, 2006

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 135-154, 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O luto no Brasil no final do século XX. **Caderno CRH**, v. 27, p. 593-612, 2014.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte temas e reflexões**. Casa do Psicólogo, 2003.

Krom, Marilene. **Família e Mitos: prevenção e terapia: resgatando histórias**. São Paulo: Summus; 2000.

Kubler-Ross E. **On death and dying**. New York: Scribner; 1969.

Lazarus, R. S.; Folkman, S. **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer. 1984.

Levin, Jeff. Deus, fé e saúde: explorando a conexão espiritualidade-cura. São Paulo: Pensamento-Cultrix. 2003.

LUNA, Ivania Jann. REDE SOCIAL DE APOIO NO LUTO: A QUEM CONFIAR MINHA TRISTEZA?!. **Psicologia em Estudo**, v. 28, p. e54693, 2023.

LUNA, Ivania Jann; MORÉ, Carmen Ojeda. Narrativas e processo de reconstrução do significado no luto. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 2, n. 3, p. 152-172, 2017.

LUNA, Ivânia Jann. O modo de enlutamento na contemporaneidade e o aporte do construcionismo social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, n. 46, p. 20-35, 2013.

MAGALHÃES, Suzane Bandeira de; DALTRO, Mônica Ramos; REIS, Tatiele Santos dos. **A morte reconhecida: experiência de luto antecipatório de familiares de pacientes em final de vida**. **SciELO Preprints**, 2023.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, p. 41-49, 2004.

MATOS, Weslei Oliveira et al. O IMPACTO DO LUTO SEM DESPEDIDA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 1499-1512, 2024.

MICELI, Ana Valéria Paranhos. **Câncer infanto-juvenil: irmãos, as crianças que ninguém vê**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

NEIMEYER, Robert A. The changing face of grief: Contemporary directions in theory, research, and practice. **Progress in Palliative Care**, v. 22, n. 3, p. 125-130, 2014.

NEIMEYER, Robert A. The narrative arc of tragic loss: Grief and the reconstruction of meaning. **International Journal of Existential Psychology & Psychotherapy**, v. 5, n. 1, p. 27-32, 2014.

NEIMEYER, Robert A.; KLASS, Dennis; DENNIS, Michael Robert. A social constructionist account of grief: Loss and the narration of meaning. **Death studies**, v. 38, n. 8, p. 485-498, 2014.

NOGUEIRA, Renato. **O que é o luto: como os mitos e as filosofias entendem a morte e a dor da perda**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2022. 208 p. il.

NUNES, Tatiene Germano Reis; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Juventude e apoio social: um olhar sobre as redes sociais de estudantes paraenses. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.

Oliveira-Cardoso EA, Silva BCA, Santos JH, Lotério LS, Accoroni AG, Santos, MA. The effect of suppressing funeral rituals and dia during the COVID-19 pandemic on bereaved families. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2020.

PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: **Editora Mauad**, 2003.

PARANHOS, Mariana Esteves; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 557-571, 2015.

PARKES, Colin Murray. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus, 1998.

PATLAMAZOGLOU, Lefteris; SIMMONDS, Janette G.; SNELL, Tristan L. Same-sex partner bereavement: Non-HIV-related loss and new research directions. **OMEGA-Journal of Death and Dying**, v. 78, n. 2, p. 178-196, 2018.

Peixoto Alcântara, Maria Luiza, & Gomes Veríssimo de Faria, Margareth Regina. O Luto através de perspectivas da psicologia. **Repositório Institucional Unievangelica**, Goiás. 2021.

PINHO, Miriam Ximenes. O rito (fúnebre) individual do neurótico em tempos de dessocialização da morte e do luto: uma leitura psicanalítica das tatuagens in memoriam. 2015.

PORTO EDITORA. Moribundo. In: *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]*. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/moribundo>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PRAXEDES, Kayo Thaynan Rodrigues et al. A saúde mental de pessoas em luto: as perdas diárias em tempos pandêmicos. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.7, n.7, p. 65708-65713 jul. 2021.

RANDO, T. Parental loss of a child. 1. ed. Illinois: Research Press, 1993.

REIS, Cristine Gabrielle da Costa dos et al. O luto de Pais: considerações sobre a perda de um filho criança. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 41, p. e196281, 2021.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). **História da Vida privada no Brasil – vol. 1 –** São Paulo: Cia. das Letras, p. 96-141, 1997.

RIGÃO, Gabriela Sarturi et al. Família e luto: revisando as contribuições empíricas entre 2010 e 2020. **Psicologia Argumento**, v. 42, n. 116, 2024.

ROEHE, Marcelo Vial. O que são grupos de auto-ajuda. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 6, p. 197-214, 2005.

SACILOTI, Isabelle Paris; BOMBARDA, Tatiana Barbieri. Abordagem ao luto: aspectos exploratórios sobre a assistência de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, p. e3264, 2022.

SANTINO, Jack. Performative commemoratives: spontaneous shrines and the public memorialization of death. In: SANTINO, Jack (ed.). **Spontaneous shrines and the public memorialization of death**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 5-16.

Santos, F. S. A arte de morrer: visões plurais. São Paulo: Comênio. 2009.

SERPA, Joana Filipa Silveira. Stress e Adaptação no Processo de Luto Materno - Um Estudo Exploratório. 2014. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Secção de Psicologia Clínica e da Saúde. Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SILVA, Stephany Ribeiro. **Processo de luto no contexto da COVID-19**. Minas Gerais, 2022.

Slaikeu, Karl A. Intervención en crisis: Manual para práctica e investigación. México: Manual Moderno. 1996.

SLUZKI, Carlos E. A rede social na prática sistêmica. Alternativas terapêuticas. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Christiane Pantoja de; SOUZA, Airle Miranda de. Rituais fúnebres no processo do luto: significados e funções. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. e35412, 2019.

STROEBE, Margareth & SCHUT, Henk. The dual process model of coping with bereavement: rationale and description. **Death Studies**, v. 23, p. 197-224, 1999.

STROEBE, W.; et al. Does social support help in bereavement? Journal of Social and Clinical Psychology, Tallahassee, v. 24, n. 7, p. 1030-1050. 2005.

TAVARES, Thiago Rodrigues. Um ritual de passagem: o processo histórico do “bem morrer”. **Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH: Maringá-PR, Ano II**, n. 4, 2009.

TAVERNA, Gelson, SOUZA, Waldir. O LUTO E SUAS REALIDADES HUMANAS DIANTE DA PERDA E DO SOFRIMENTO. **CADERNO TEOLÓGICO DA PUCPR**, CURITIBA, V.2, N.1, P.38-55, 2014.

TAYLOR, Shelley. **Lazos vitales: de cómo el cuidado y el afecto son esenciales para nuestras vidas**. Madrid: Taurus/Pensamiento, 382 p. 2002.

TORLAI, V. C et al. **A vivência do luto em situações de desastres naturais**. 136 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

WAGO, Sunniva W.; et al. Social support and complicated grief: a longitudinal study on bereaved parents after the Utoya terror attack in Norway. *Psykologisk*, Bergen, v. 4, n. 10, p. 1-20, july. 2017.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: how to start a survivor's group. Geneva: WHO; IASP, 2008.

WILSON, Anne; CLARK, Sheila. **South Australian Suicide Postvention Project: Report to Mental Health Services**. Adelaide: University of Adelaide, 2005.

WORDEN, J. William. Terapia do luto: um manual para o profissional de saúde mental. **Porto Alegre: Artes Médicas. Submetido**, v. 13, n. 01, p. 2018, 1998.